



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 A 7ª reunião do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar na Sala de Reuniões da
2 FEPAM à Rua Carlos Chagas, 55, 11º andar, às 14h 30 min. do dia 24 de julho de 2001.
3 Compareceram os seguintes integrantes: Claudio Langone, Presidente; Edson Silva,
4 Vice-presidente; Julio Kettelhut, Diretor de Implementação da Secretaria de Recursos
5 Hídricos do Ministério do Meio Ambiente; Márcio de Freitas, Diretor Substituto do
6 DRH-SEMA; Flavio Piccinini, da Secretaria de Obras Publicas e Saneamento; Rudinei
7 de Souza, da Secretaria dos Transportes; Marcos Antônio Einsfeld, da Secretaria da
8 Coordenação e Planejamento; Leonardo Beroldt, da Secretaria de Agricultura e
9 Abastecimento; Luiz Antônio Grassi, presidente do Fórum Gaúcho de Comitês; Paulo
10 Paim, do Comitê Sinos; João Francisco Giuliani, do Comitê Santa Maria; e Gilberto
11 Gonçalves, do Comitê Camaquã. A reunião iniciou com a leitura das atas da 5ª e da 6ª
12 reuniões e da reunião extraordinária. Feitas as correções necessárias, passou-se para o
13 segundo ponto, com o relato sobre os assuntos decididos na 6ª reunião. A secretária
14 executiva expôs as atividades desenvolvidas visando a montagem da rede de
15 representantes estaduais, entre as quais a realização do Seminário de Capacitação de
16 Representantes Estaduais em 15 de maio. Posteriormente, relatou a situação do Projeto
17 de Lei que altera a composição do Conselho, o qual deverá iniciar sua tramitação na
18 Assembléia em 1º de agosto. A seguir, procedeu-se a análise da proposta para o
19 Regimento Interno, elaborada pela comissão designada na 6ª reunião. Entre outras
20 questões, foram discutidos o papel da secretaria executiva, o caráter das câmaras
21 técnicas, os prazos, o quorum e os pedidos de vistas. A comissão ficou de concluir o
22 trabalho até a próxima reunião, quando o Regimento deverá ser votado, período em que
23 os demais conselheiros e os comitês de bacias poderão enviar contribuições. A seguir
24 foram apresentadas as resoluções ad-referendum, referentes à delegação ao IRGA da
25 continuidade na fiscalização da operação das tomadas de água para irrigação no Arroio
26 Velhaco e afluentes e de formação dos comitês Alto Jacuí e Ijuí. Foi esclarecido que
27 algumas situações de urgência como a continuidade de convênios ou de processos
28 longos como a formação de comitês, exigem que o presidente encaminhe resoluções ad-
29 referendum. No entanto, com a maior frequência de reuniões do Conselho, a tendência
30 é de que o número de resoluções deste tipo seja reduzido. O presidente do Comitê
31 Camaquã comenta que o caso do Arroio Velhaco poderia ter outro encaminhamento,
32 pois o comitê estava disposto a fiscalizar a operação, tendo feito esta proposta ao DRH
33 com tempo hábil, mas o atraso do processo obrigou à renovação do convênio. O diretor
34 do DRH esclareceu que isto ocorreu pelo fato de o IRGA custar a definir sua posição. O
35 presidente sugeriu então que o comitê faça esta proposta para a próxima safra,
36 protocolada, e o caso poderá ser posteriormente utilizado como um exemplo para toda a
37 área arrozeira do Estado. Quanto às resoluções de formação de comitês, considerou-se
38 que o longo processo, que vai desde a mobilização inicial da comunidade até a
39 organização das entidades que terão a responsabilidade de conduzir o comitê, é de pleno
40 conhecimento dos demais atores do sistema, e corresponde a um período de dois a três

41 anos, não havendo portanto necessidade de maior discussão ao final do mesmo, pois a
42 resolução faz apenas o seu fechamento formal. O aspecto da definição legal dos limites
43 de bacias também foi levantado, e o conselheiro Paim esclareceu que não houve
44 intenção de fazê-lo imediatamente após a Lei 10.350/91 em função da relevância do
45 critério gestão, além do geográfico, para a identificação das bacias, e este critério
46 implica na consideração histórica de outros fatores, tais como a organização social, a
47 dinâmica econômica e as questões políticas e culturais. Tem-se como horizonte, a partir
48 do processo de formação dos comitês e da montagem dos planos de bacias, que ao final
49 de 2002 o Estado possa contar com a divisão territorial das bacias definitiva e
50 referendada por uma resolução do CRH. O representante da Secretaria da Agricultura
51 colocou a Divisão de Cartografia da Secretaria à disposição do DRH para ajudar neste
52 trabalho. A seguir foi feita a exposição sobre a pauta de trabalho do CRH até o final da
53 gestão. A proposta engloba os itens apresentados na 6ª reunião pelo diretor do DRH,
54 referentes aos atores institucionais, ou seja: Reformulação e ativação do Conselho de
55 Recursos Hídricos; Reestruturação e dinamização da gestão do Fundo de Recursos
56 Hídricos; Criação dos comitês de bacias hidrográficas e capacitação de seus integrantes.
57 Estas ações foram combinadas com as proposições do Fórum de Comitês, agrupadas em
58 quatro blocos: Fundo de Recursos Hídricos (Regulamentação – Transparência –
59 Diretrizes de Aplicação dos Recursos e Apoio Estrutural aos Comitês); Implementação
60 da Lei 10.350 (Novos Comitês e Regulamentações – Definição de Metas de Curto Prazo
61 – Participação do Estado nos Comitês e Processo de Planejamento); Conselho
62 (Estruturação – Regimento Interno – Comissão Consultiva ou figura que a substitua –
63 Articulação do Sistema de Recursos Hídricos com o Sistema de Meio Ambiente) e
64 Ações Executivas do Estado (Sistema de Informações – Criação das Agências –
65 Capacitação dos Comitês e Produção de Material de Divulgação), resultando na
66 identificação de três programas para balizar as ações da Secretaria Executiva: a)
67 Programa de Regulamentação Institucional (CRH / FRH); b) Programa de Capacitação
68 (Comitês / Representantes Governamentais); c) Programa de Comunicação (CRH/ FRH
69 / DRH / Comitês). As questões estratégicas que deverão definir a pauta de decisões no
70 Conselho também serão três: - A Articulação entre o Sistema de Recursos Hídricos e o
71 Sistema de Meio Ambiente; - Os critérios de Aplicação do Fundo de Recursos
72 Hídricos; - A Avaliação Permanente da Situação do Sistema. O coordenador do Fórum
73 de Comitês enfatiza que o CRH deverá se pautar pela construção do instrumento legal e
74 do suporte técnico da estrutura estadual. O conselheiro Paim sugeriu que inicialmente
75 seja apresentada uma “radiografia” do Fundo, relacionada com as conclusões da
76 comissão que estabeleceu critérios para sua aplicação. Para a próxima reunião, fica
77 agendada a discussão dos itens de cada programa, com o detalhamento e sistematização
78 da proposta e um indicativo da relação entre SRH e SEMA. No ponto Assuntos Gerais,
79 o conselheiro Giuliani levantou que o comitê Santa Maria está avaliando como um
80 problema para a elaboração do plano de bacia uma demanda por água na região que não
81 há como ser atendida. O vice-presidente argumentou que os projetos das barragens que
82 foram encaminhados na gestão passada estão sendo avaliados simultaneamente pela
83 SOPS e pela FEPAM, juntamente com mais outros cinco, nas bacias do São Sepé, Santa
84 Bárbara e Butuí. O custo total é de aproximadamente R\$ 300 milhões, e há perspectiva
85 de parceria, mas sem garantia, do governo federal. Para o financiamento dos projetos,
86 serão R\$ 6,2 milhões, mas há um saldo de R\$ 1 milhão, referente ao ano 2000, que
87 ainda não chegou. Indagado quanto ao dinheiro da Espanha, o secretário Edson

88 esclareceu que serão US\$ 350 mil a fundo perdido do governo espanhol, para empresas
89 espanholas elaborarem estudos sobre a bacia, os quais deverão ajudar a FEPAM a fazer
90 a sua avaliação. O conselheiro Giuliani defende que poderiam ser priorizadas duas
91 obras principais, as quais teriam suas análises agilizadas. O assessor da SOPS, Flávio
92 Piccinini, lembra que há uma previsão na LDO federal visando a irrigação de 15.000 ha
93 na metade sul do Estado. Também no orçamento estadual será feita proposta que
94 contemple o uso múltiplo da água. O conselheiro Paim propõe que o CRH-RS se
95 manifeste ao Ministro do Meio Ambiente quanto à demora do decreto de alteração da
96 composição do CNRH, pois tal situação prejudica todo o sistema. A ANA e a Casa
97 Civil também deveriam ser oficiadas. O presidente comenta que esta suspensão não foi
98 acompanhada de justificativa, vindo em prejuízo inclusive da análise do PL 4147/01.
99 Colocada em apreciação, a proposta é aprovada pelos presentes. Nada mais havendo a
100 tratar, o presidente encerra a reunião, da qual eu, Virginia Müzell, lavro esta ata.